



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gabinete JLS

REQUERIMENTO Nº 084/2026

ASSUNTO: Tendo em vista a resposta apresentada ao Requerimento nº 015/2026, a qual se revela genérica, contraditória e omissa quanto à adoção de providências concretas.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero que seja oficiado ao Chefe do Poder Executivo Municipal para que, por meio das Secretarias competentes, preste informações complementares, detalhadas e acompanhadas de documentos comprobatórios, tendo em vista a resposta apresentada ao Requerimento nº 015/2026, a qual se revela genérica, contraditória e omissa quanto à adoção de providências concretas, mesmo diante de situação reconhecidamente inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO (COM BASE NA RESPOSTA DO EXECUTIVO)

Conforme consta do ofício encaminhado pelo Executivo:

36052026-14 RESPONDE REQ 015 - JORGE-ELCIO.

- “O STF [...] reconheceu a inconstitucionalidade da utilização do salário mínimo como indexador.”
- “Não é possível substituir judicialmente essa base [...] na ausência de previsão legal.”
- “Não há, no presente momento, obrigatoriedade jurídica de alteração da base de cálculo.”



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CONTRADIÇÃO E OMISSÃO ADMINISTRATIVA

A própria Administração:

- reconhece expressamente a inconstitucionalidade do critério adotado;
- admite que a matéria depende de adequação legislativa municipal;
- e, ainda assim, não apresenta qualquer medida concreta, prazo ou planejamento para correção.

A invocação da Súmula Vinculante nº 4 mostra-se incompleta, pois tal entendimento não impede a atuação do Executivo e do Legislativo, limitando-se à vedação de substituição judicial do indexador.

Dessa forma, a resposta evidencia possível:

- omissão administrativa deliberada;
- risco de formação de passivo judicial;
- potencial prejuízo ao erário;
- e manutenção de situação juridicamente irregular.

REQUER:

1. PARECER JURÍDICO COMPLETO

Requer o encaminhamento do inteiro teor do(s) parecer(es) jurídico(s) que embasaram a manutenção da base de cálculo do adicional de insalubridade, incluindo:

a) identificação completa do(s) responsável(is), com:

- nome;
- cargo;
- inscrição na OAB;

b) data de emissão e eventuais atualizações;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

c) demonstração expressa de análise:

- da decisão do STF no RE 565.714/SP;
- da Súmula Vinculante nº 4;
- dos limites de atuação do Executivo diante da inconstitucionalidade reconhecida;

d) manifestação específica quanto:

- ao risco de judicialização em massa;
- à possibilidade de formação de passivo financeiro;
- à eventual necessidade de iniciativa legislativa;

e) informação se o parecer possui caráter opinativo ou vinculante, bem como se foi integralmente acolhido pela Administração.

2. ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO (LRF)

2.1 Encaminhar estudo técnico completo, nos termos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, contendo:

- número de servidores beneficiados;
- distribuição por grau de insalubridade;
- impacto financeiro mensal e anual;
- memória de cálculo detalhada;
- 2.2 Informar se a Administração avaliou o risco de:
- pagamento retroativo por decisões judiciais;
- formação de passivo oculto;
- impacto nas contas públicas.

3. PASSIVO JUDICIAL E CONTINGÊNCIAS

3.1 Informar se há levantamento de ações judiciais sobre o tema;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

3.2 Encaminhar:

- número de processos em curso;
- estimativa de valores;
- classificação de risco;

3.3 Informar se há provisões contábeis registradas.

4. PROVIDÊNCIAS LEGISLATIVAS

4.1 Informar:

- se há elaboração de projeto de lei para adequação;
- se houve determinação para estudos técnicos;
- prazo estimado para envio à Câmara;

4.2 Em caso negativo, apresentar justificativa técnica, considerando que o próprio Executivo reconhece a inconstitucionalidade.

5. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

5.1 Informar se a Administração reconhece que a manutenção da situação atual pode:

- gerar judicialização em massa;
- causar prejuízo ao erário;
- ensejar responsabilização futura dos gestores;

5.2 Esclarecer se o tema foi submetido aos órgãos de controle interno.

ENCAMINHAMENTO AO TCE-SP

Requeiro, ainda, que cópia integral deste requerimento e da resposta do Executivo seja encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), para ciência e eventual adoção de providências, diante:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- do risco de passivo financeiro;
- da ausência de planejamento fiscal;
- e da possível omissão administrativa.

JUSTIFICATIVA

A resposta apresentada pelo Executivo não enfrenta os questionamentos formulados, limitando-se a entendimento jurídico genérico, sem apresentar medidas concretas ou planejamento administrativo, mesmo reconhecendo a inconstitucionalidade do critério adotado.

A permanência dessa situação pode ensejar:

- aumento do passivo judicial;
- condenações retroativas;
- impacto relevante nas finanças públicas;
- e violação aos princípios da Administração Pública.

Diante disso, o presente requerimento busca assegurar transparência, responsabilidade fiscal e respeito aos direitos dos servidores públicos.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 30 de março de 2026

PROTOCOLO 00291/2026

06/04/2026

APROVADO - Favoráveis : 12- Contrários:0 -07/04/2026

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA